

MEMÓRIA E HISTÓRIA: A FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS “Z-2 RONDON PACHECO” DE COXIM-MS

Silvana Aparecida da Silva Zanchett*

Resumo: O presente artigo aborda uma análise sobre a formação da colônia de pesca “Z-2 Rondon Pacheco” sediada no município de Coxim-MS. Problematizo aspectos de relações de poder, de trabalho e funcionalidades da instituição. Problematizo os embates cotidianos que cada sujeito experiencia, a frente da instituição, bem como a inserção na pesca, as conquistas perante a instituição e por fim as memórias individuais e coletivas marcadas pelas riquezas naturais, a abundância de peixes, apresentada por muitos, e as realizações e identificações com o ofício pesqueiro. Da cidade de Coxim, localizada na região pantaneira, emerge um imaginário local rico e variado, de riquezas e embates, sendo assim há um discurso apropriado por estes trabalhadores que justificam sua própria existência.

Palavras-chave: Pescador-profissional, Colônia de Pesca, Memória

Abstract:

This article discusses an analysis of the formation of the fishing colony "Z-2 Pacheco" based in the city of Coxim-MS. I discuss aspects of power relations, working and features of the institution. City Coxim, located in the Pantanal region, emerges an imaginary rich and varied place of wealth and conflicts, so there is a proper speech by these workers to justify their own existence.

Keywords: Fisherman-professional, Fishing Colony, Memory

Viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros. Uma sociedade "sem relações de poder" só pode ser abstração. (FOUCAULT, 2005).

* Possui graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2007) e mestrado em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (2013), doutoranda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (2015). Atualmente professora do quadro permanente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no curso de História, no Campus de Coxim/MS. Pesquisadora do Grupo de Estudos LEGHI (Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade), vinculado ao Programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. Membro Editorial da Revista Monções do Curso de História do Campus de Coxim/MS.

Iniciamos essa reflexão partindo das “relações de poder”¹ existentes a partir da formação da *Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais “Z-2 Rondon Pacheco*, do Município de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul. Fato esse observado nas intrincadas relações de poder entre "Estado, dirigentes e associados", na formação de uma instituição de defesa da categoria de trabalhadores, ou seja, a institucionalização dos pescadores.

Para tanto, utilizarei como fontes, atas desta entidade, fotos e entrevistas orais, principalmente as realizadas com os primeiros dirigentes da entidade. Realizarei a confrontação deste material com a bibliografia levantada na pesquisa.

Procurarei, assim, discutir as intrincadas relações tecidas entre o Estado, os dirigentes e os membros da colônia de pescadores. Abordarei os momentos de entendimento e tensões presentes em sua constituição. Observarei, também, a atuação do Estado e dos pescadores na conformação dessa entidade, em que cada qual atuou no sentido de configurá-la de acordo com seus próprios interesses, bem como as formas como certos associados da entidade percebem o papel que ela deve desempenhar na sociedade.

ESTADO E PESCADORES PROFISSIONAIS NA FORMAÇÃO DA COLÔNIA

No dia 30 de setembro de 1967, foi fundada no Município de Coxim, então Estado de Mato Grosso, a colônia de pescadores profissionais de nome “Z-2 Rondon Pacheco”. Após a eleição foi empossado o primeiro presidente, o senhor Braz Rodrigues Dias, juntamente com os demais membros de sua chapa. Em seu discurso, relatado em ata, considerou a instituição como “o progresso e o êxito desta Colônia, que é a esperança do pescador abandonado”². Isto demonstra que, mesmo sendo uma elaboração do Estado, no intuito de tutelar essa categoria de trabalhadores, eles se “viam

¹ Entendo relações de poder a partir de Foucault na obra *Microfísica do poder*, o qual define que: “O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a ideia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseado em uma base enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” Assim, a noção de poder para Foucault, remete a ideia de um poder como uma força que não possui um lugar fixo e não é uma propriedade, é, portanto, um elemento dentro das relações entre os indivíduos. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 248.

² Colônia de pescadores de Coxim - MS. *Ata de reunião realizada em 30/09/1967*. Coxim, 1967. Livro de ATAS nº 01, p.01.

representados” nela. Percebiam-na como um reconhecimento de seu trabalho enquanto profissionais participativos na economia sejam locais como nacional.

Nessa entrevista percebeu-se que, para pescadores como o senhor Braz, a Colônia passou a ser uma esperança para as dificuldades enfrentadas pela categoria. Dá a entender, entretanto, que é dever destes trabalhadores lutar por este reconhecimento. Ao discorrer sobre esta expectativa, o presidente demonstra que tal instituição representava para os pescadores mais uma força a seu serviço, na conquista de seus ideais. Não a percebem como um instrumento a serviço do Estado, cuja função não seria agir pelos asseios da categoria, mas sim como um instrumento de colaboração em suas lutas.

É possível afirmar que, embora criada a partir dos interesses governamentais, os pescadores profissionais de Coxim assumiram para si a tarefa de colocá-la em funcionamento, assim buscaram contornos próprios à estrutura “recebida” dos órgãos governamentais e colocá-la a seu serviço, portanto, de seus anseios.

Talvez por conta disso, as relações estabelecidas entre Estado e a Colônia de pescadores “Z-2 Rondon Pacheco” de Coxim, foram bastante complexas. Permeadas de tensões, oscilaram entre a colaboração e a divergência durante toda a sua trajetória.

Um desses momentos, que ficou muito marcante na pesquisa, foi o da construção da sede própria da Colônia. Primeiramente, a entidade iniciou suas atividades em uma sala alugada, situada na Avenida João Ponce de Arruda. De acordo com o primeiro secretário da colônia, o senhor Jorge Moura da paixão:

[...] de inicio nós fomos sediados num prédio, inclusive por uma sala cedida pelo Ministério dos Transporte que era na DNR [...] o senhor Braz Rodrigues Dias alugava um prédio ao lado mas o DNR patrocinava a cedência de uma sala com o tempo ele esteve provisoriamente também no frigorífico do senhor Michel [...].(PAIXÃO, 2007)

Os interesses do Estado se manifestavam inclusive nos esforços para ceder espaços públicos para o estabelecimento da colônia. No entanto, com o passar do tempo, foi possível observar um envolvimento maior de pescadores profissionais em torno desse órgão, em especial, aqueles que exerceram cargos de liderança. Como o próprio senhor Jorge deixa transparecer, usando as palavras “nós é fomos sediados” e não a “Colônia foi sediada”. Tal fator demonstra um envolvimento pessoal dele com a instituição, pois a colônia, nas memórias do pescador supracitado, é apresentada como

algo mais que uma instituição burocrática, mas a própria encarnação desses trabalhadores.



Fotografia 01: Prédio da antiga Colônia de Pescadores Profissionais de Coxim-MS³.

Fonte: Fotografia digital produzida pela autora da pesquisa, no dia 04/02/2007.

A fotografia acima é da antiga sede da Colônia de pescadores profissionais de Coxim. Primeiramente, o prédio foi doado para a SUDEPE, que era uma instituição federal, não sendo transmitida diretamente aos trabalhadores. Assim, o senhor Armindo presidente atual da Colônia relata sobre o prédio:

Esse prédio aqui foi doado em mil novecentos e oitenta [...] não me lembro quando foi doado pelo ex-presidente da colônia pra ser construído, que na época o Governo Federal não construía se não fizesse a doação provisória e em vez de fazer a doação provisória o presidente douu definitivo para a SUDEPE. (SANTOS FILHO, 2007)

O senhor Luiz Amaral Rodrigues, natural do Estado São Paulo, um pescador profissional, doou o terreno por iniciativa própria para ser construído o prédio, pois, para se realizar o projeto e a construção da sede própria, era preciso que ele fosse escriturado, mesmo que provisoriamente, em nome dos órgãos governamentais. O senhor Armindo relata que era para se fazer uma doação provisória para a SUDEPE, mas foi feita uma doação definitiva para o órgão. Em contrapartida, a SUDEPE deveria devolver o terreno com o prédio construído para a associação, o que acabou não

³ Prédio situado na Rua Floriano Peixoto n°10, Coxim-MS. A fotografia foi produzida para abordagem do trabalho monográfico de trabalho de Conclusão de Curso em História, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no ano de 2007.

ocorrendo. No fim, a Colônia ficou apenas com uma parte do prédio e do terreno onde, hoje, está instalada, e fica nos fundos:

[...] aquela parte de lá, [...] ficamos com uma parte a outra parte é da SUDEPE.[...] hoje é do IBAMA. [...] ai nós perdemos o prédio que ficou definitivo pra SUDEPE então [...] pra construir esse prédio e dá fábrica de gelo, câmara fria, freezer e ai foi construído e ai nós perdemos o prédio que ficou definitivo pra SUDEPE então eu peguei, eu comprei lá na ponte onde você sabe lá, lá é da colônia só que falta recurso, é muito é [...] corri atrás consegui comprar [...] lá é da colônia de pesca. (SANTOS FILHO, 2007)

Delineia-se, então, toda uma relação tensa com o Estado. É perceptível o desencanto dos profissionais da pesca para com os órgãos governamentais. Por outro lado, observa-se a forma como eles assumem a Colônia como um instrumento seu - “corri atrás consegui comprar” - um espaço a ser ocupado no sentido de representar a categoria.



Fotografia 02: Prédio em processo de construção da atual colônia de pesca⁴.

Fonte: Fotografia digital produzida pela autora da presente pesquisa, no dia 02/02/2007.

A imagem acima é da fase de construção e estruturação da Colônia de Pesca em Coxim e representa uma expectativa para tais trabalhadores que anseiam por uma maior representação enquanto categoria profissional. A nova sede da colônia foi adquirida em 30 de abril de 2003, portanto, a construção foi iniciada em 2003 e finalizada em 2012. O

⁴ A fotografia foi produzida para abordagem do trabalho monográfico de trabalho de Conclusão de Curso em História, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no ano de 2007.

próprio espaço da colônia tem valores e tomam sentidos próprios em sua organização, pois, nesse processo, a colônia não aparece como centro unificador dos pescadores, mas quase sempre como um campo de disputas políticas e/ou representativa do Estado. Este fato é citado devido à memória dos trabalhadores remeterem a inspirações e indagações, as quais aspiram à união dos mesmos, na amizade e na convivência social. Entretanto, a organização institucional significava para eles uma força de representação e unidade da categoria, mas que na prática acabava sendo uma arena de disputas políticas que evidenciava as divisões existentes entre esses trabalhadores, que não compreendem o verdadeiro papel de uma organização sindical.

O senhor Armindo, atual presidente da colônia, relata:

Existe no Brasil 680 colônias de pesca aqui no Mato Grosso do Sul nós só temos nove colônias registradas [...] e temos é em torno no Estado em torno de cinco mil pescadores, a colônia fora do Mato Grosso do Sul que só uma colônia tem nove mil pescador então a pesca no Brasil ela é muito forte agora aqui no Mato Grosso do Sul representa um grão de areia não é, a função da colônia é fazer a representatividade dessa categoria [...] tanto como individual como coletiva e junto com os órgãos municipais, estaduais e federais de nosso país, então a minha função é fazer a representatividade deles fazer a unificação deles [...] (SANTOS FILHO, 2007)

Armindo reconhece que as colônias de pesca em nosso Estado ainda precisam de organização e que elas são o espaço adequado para empreender a representatividade dos pescadores. Pode-se perceber que estes a compreendem como importante órgão a serviço dos profissionais da pesca, aproximando-a, em certos momentos, a uma instituição sindical. Entretanto, tais sentidos não são atribuídos ao arquitetar estratégias de luta que visem o enfrentamento com os órgãos governamentais, mas tratar de certas necessidades cotidianas dos próprios pescadores:

Então a colônia tem [...] um grande papel nisso daí não é, eu que tenho que fazer aposentadoria tem que encostar o cidadão tem que procura documentar quem esta no rio, que não tem documento passar pra esses pescadores a importância de preservar esses rios não é que preservar não é só do governo acho que é de todos [...]. (SANTOS FILHO, 2007)

Neste contexto, pode-se perceber que o próprio senhor Armindo se apropria da instituição para, como se fosse dever pessoal seu, realizar tais tarefas. Notam-se as expressões por ele utilizadas remetendo não somente à instituição, mas ao “eu”, à sua

pessoa. Ainda relatando as atividades realizadas pela Colônia e as formas como percebe suas atribuições dentro desta entidade, ele destaca:

A função da colônia é fazer a representatividade dessa categoria não é tanto como individual como coletiva e junto com os órgãos municipais, estaduais e federais de nosso país [...] então a minha função é fazer a representatividade deles fazer a unificação deles não é, e a unificação e representação deles não é, então a colônia tem um [...] grande papel nisso daí né é eu que tenho que fazer aposentadoria, tem que encostar o cidadão tem que procura documentar quem esta no rio que não tem documento [...] sem documento não é viável, e documento ele passa a se segurado do INSS passa ter [...] e se uma pessoa se machucar se por ventura acontecer qualquer coisa com ele, tá assegurado e sem documento fica ai à mercê não é tem nada que segura ele [...].(SANTOS FILHO, 2007)

Armindo reforça a ideia do seu papel na Colônia, na qual exerce seu papel de “representar” os pescadores a partir das atividades burocráticas que realiza. Confere grande importância à sua pessoa, atribuindo a si mesmo o dever não apenas de representar a categoria, mas até de “unificá-la”.

O senhor Armindo tenta se legitimar no cargo de presidente, apresentando-se como mais do que um “porta-voz” dos pescadores, conferindo a si um sentido de “pai” destes trabalhadores. A partir de tais elementos, tenta, em sua oralidade, construir uma imagem de que é o líder máximo da categoria.

Apresentando a “ideia” de ser uma “liderança” destes trabalhadores, ele se projeta socialmente. Tal fato foi evidenciado nas duas últimas eleições municipais, nas quais foi candidato a vereador pelo PDT, sendo que nesta última acabou ficando como suplente.

Para compreender essa maneira de poder, vamos dialogar com Michel Foucault, em seu texto *O Sujeito e o Poder*, refletindo a figura do "sujeito" pescador nos discursos do Estado:

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que caracteriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz os indivíduos sujeitos. (FOUCAULT, 2005, p.235)

Nessa perspectiva, o Estado se utiliza das leis ambientais para cobrar e punir os infratores. Assim, o pescador é “assujeitado” às leis e as colônias tornam-se um intermediário de políticas públicas, um canal para o diálogo com os pescadores, sobre como conservar e preservar o meio ambiente, instruindo-os sobre seus “limites” e “deveres”. Na realidade, Silva observa que isso não acontece e que as colônias se tornam apenas porta-vozes do Estado e dos governos. Ou seja, analisar as relações de poder consiste em, "analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias. [...], talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações." (FOUCAULT, 2005, p.234). Portanto, para se compreender essas delicadas relações, o autor alerta para a observação nas questões comuns entre essas relações de poder, nesse caso Estado *versus* sujeito pescador.

Foucault [...] afirma que:

[...] entre relação de poder e estratégia de luta, existe atração recíproca, encadeamento indefinido e inversão perpétua. A cada instante, a relação de poder pode tornar-se, e em certos pontos e se torna, um confronto entre adversários. A cada instante também as relações de adversidade, numa sociedade, abrem espaço para o emprego de mecanismos de poder. (FOUCAULT, 2005, p.248-249)

Há toda uma estratégia de organização e encadeamentos que constrói os sujeitos e as relações de poderes constituídos em instituições e suas ramificações de poderes encontradas na sociedade em outros tempos históricos e em outros lugares. Dessa forma, percebe-se o envolvimento de lideranças da Colônia não apenas com os órgãos de Estado, que interferem nas atividades pesqueiras, mas também no ambiente político institucional do município de Coxim. No entanto, o pescador entrevistado destaca que a colônia é uma instituição civil que tem como dever representar os interesses de seus associados.

Assim, temos um relato de um associado, Braz de Oliveira, de 74 anos de idade, que nasceu no Estado da Bahia, migrando, primeiramente, para São Paulo, onde trabalhou por nove anos em uma fábrica de papel e, posteriormente, migrou para Coxim no ano de 1961, onde prosseguiu sua profissão. O senhor Braz de Oliveira entende que:

[...] a colônia fez o papel dela que o papel da colônia é fornecer documento para o pescador profissional não é, correr atrás de recurso um coisa assim o papel da colônia, agora, como muito pescador queria que o presidente da colônia fosse atrás de é assim de... meios de tirar um pescador errado [...] função da colônia é corre atrás de recursos, fornecer documento para o

pescador [...] é ser um representante do pescador legal não ilegal não, não pode [...].(OLIVEIRA, 2007)

Apesar dos discursos que idealizam a colônia como instrumento de luta da categoria, percebe-se que os próprios diretores, e também os associados ao relatar as funções realizadas no dia a dia da Colônia, veem seu papel como o de documentar e auxiliar os pescadores nas relações estabelecidas junto a órgãos públicos. Ainda, o senhor Braz faz uma denúncia que é o trabalho legal, ou seja, aponta para o trabalho dentro das normas da legalidade pesqueira.

Quanto à “missão” da colônia em “instruir” os pescadores, observa-se na narrativa do senhor Armindo e na narrativa do senhor Braz a incorporação de elementos daquele discurso ecológico, que remete aos pescadores o “dever de preservar o meio ambiente”:

[...] passar para esses pescadores a importância de preservar esses rios não é que preservar não é só do governo acho que é de todos [...] todo cidadãos que depende do meio ambiente por isso que ele teria se preocupa em preservar e muito mais o pescador que depende dos rios para sua sobrevivência [...] diretamente não é então eu acho o pescador, eu passo muito isso pra o pescador preservar para as futuras gerações não acabar porque se acabar ta acabando com a profissão do pescador. (SANTOS FILHO, 2007)

É preciso admitir, no entanto, que ele realiza tal processo em nome da “defesa da natureza”, entendendo que isto é um dever de todos e para com o qual o pescador precisa estar atento, até mesmo por necessitar dos rios para sobreviver. Compreende, neste aspecto, o Estado não como órgão de controle, mas como uma espécie de “parceiro”, com quem os trabalhadores precisam colaborar.

O senhor Braz, por sua vez, aborda de maneira diferenciada as relações existentes entre pescadores profissionais e os órgãos de defesa do meio ambiente. Isso, talvez, porque, diferentemente do senhor Armindo, atualmente ele não está mais participando das ações da colônia, por se encontrar aposentado e também por não ter sido um político.

O assunto surgiu em sua narrativa quando relatava sua inserção no ofício. Afirmava ele que permaneceu no ofício de pescador, atraído principalmente pela riqueza de pescados existentes na década de 1960, em Coxim. Afirma que, naquele período, “dava é pra vive bem da pescaria naquela época” (OLIVEIRA, 2007). Relata

também que esteve na cidade de Corumbá, pescando quando a pesca com rede ainda era liberada. Sendo assim, destacou o relacionamento dos pescadores com os órgãos institucionais SUDEPE e INAMB na região, e afirma que:

É tratava a gente [...] como bandido não sabendo eles que nós temos uma profissão [...] uma profissão que ajuda o país viver [...] agora na época da SUDEPE era bom porque a SUDEPE permitia a gente pescar de rede só que tinha um [...] a malha certa né o tamanho da malha se pegasse com [...] com aquela malha menor eles tomava multava mas assim [...] era mais tranquilo agora o INAMB não! foi um serviço do Estado naquela época que queria se aparecer muito né [...].(OLIVEIRA, 2007)

Conforme o relato do senhor Braz, verifica-se que o papel das instituições públicas tem amplos sentidos para ele. Permeiam não apenas seus relatos sobre a Colônia de Pescadores, mas sua própria narrativa profissional e de vida, assumindo posições diversificadas. Em primeiro lugar, é preciso notar que ele tem consciência do “olhar incriminador” que era projetado sobre os pescadores profissionais. Em sua narrativa, realiza uma espécie de “denúncia” de tal fato. Todavia, apresenta como motivos para tal, o “desconhecimento” da importância do trabalho da categoria para a economia nacional.

Com relação às restrições colocadas à pesca por tais órgãos, estas são interpretadas de maneira diversa em sua oralidade. Enquanto a SUDEPE é lembrada por controlar a pesca de maneira “correta”, com apetrechos “corretos”, que levam em consideração as necessidades da categoria, o INAMB aparece de maneira contrária, fiscalizando de maneira autoritária, mostrando que comanda as normas no rio, prende e multa os trabalhadores que não as seguem.

Embora, ao longo de sua narrativa, pondere sobre a atuação destes órgãos, é visível que ele apresenta de maneira mais explícita as tensões estabelecidas entre pescadores profissionais e o poder público.

Nota-se, assim, que, apesar da Colônia Z-2 Rondon Pacheco ter sido criada por iniciativa oficial, e não dos próprios trabalhadores da pesca, ela se tornou objeto de disputa. Constituiu-se em um palco de disputa de interesses diversificados, os quais vão desde os do Estado até os interesses coletivos da categoria, passando por projeções pessoais no âmbito social.

BREVE HISTÓRICO SOBRE OS CAMINHOS DA PESCA NO SUL DE MATO GROSSO

Miguel Vieira da Silva, autor da já citada obra *Mitos e Verdades sobre a Pesca no Pantanal Sul-Mato-Grossense*, técnico da Coordenadoria de Ciência e Tecnologia da FIPLAN-MS que realizou sua pesquisa durante sua atuação no INAMB, descreve quantitativa e qualitativamente a pesca no sul de Mato Grosso e relata em sua obra duas fases distintas sobre a pesca. Primeiramente, destaca o período anterior à divisão do Estado, ocorrida no ano de 1978, em que se implantou o plano:

PESCART (Plano de Assistência à Pesca Artesanal) convênio entre a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE e a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul – EMATER, desativada pouco tempo depois. Até esse período, havia assistência técnica e social proporcionadas por 02 (dois) Engenheiros da Pesca e por 02 (duas) Assistentes Sociais aos pescadores de Corumbá e Coxim, consideradas as áreas mais importantes da pesca no Estado. (SILVA, 1986, p. 02)

O INAMB⁵ foi fundado em 1979, com a finalidade de “executar a política de racionalização do uso e conservação dos recursos naturais” e teve como meta a “preservação” do meio ambiente. Silva (1986) apresenta em seu estudo o perfil detalhado da pesca o qual constitui uma referência importante pensando numa abordagem comparativa com a situação atual descrita neste estudo. Relata que para realizar os trabalhos de fiscalização foi firmado um convênio com a SUDEPE⁶, representante dos assuntos e interesses de órgãos federais e estaduais.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso do Sul e a criação, em 1979, do Instituto de Preservação e Controle Ambiental – INAMB, engendrou-se uma renovação no ramo da pesca. O INAMB passou a ser responsável pela instituição e eleição das diretorias das colônias de pescadores com a finalidade de “executar a política de

⁵ INAMB. Criada em janeiro de 1979, com a finalidade de “executar a política de racionalização do uso e conservação dos recursos naturais, bem como de preservação e controle ambiental no território do Estado” (Art. 2º, do Decreto nº 23, de 1º de janeiro de 1979), o INAMB tinha como meta da política do governo de então a meta nº2, isto é, meio-ambiente. “Para a fiscalização da pesca no Estado de Mato Grosso do Sul, foi firmado um termo de convênio entre a SUDEPE e o INAMB, com vigência para cinco anos, renovado em 1984 por mais cinco anos”. (SILVA, 1986, p. 03).

⁶ SUDEPE, (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca). “A Coordenadoria Regional da SUDEPE em Mato Grosso do Sul tem, em suas funções precípuas, representar a Superintendência e coordenar os assuntos e interesses do órgão federal no Estado. O órgão atua através de convênio e deve exigir a estrita observância de suas cláusulas, repassarem recursos e cobrar resultados dos mesmos”. (SILVA, 1986, p. 03).

racionalização do uso e conservação dos recursos naturais, bem como de preservação e controle ambiental no território do Estado”. Dessa maneira, “O INAMB procedeu à organização e eleição das Diretorias das Colônias Z-1 de Corumbá, em março/79, e de Aquidauana, em junho/79”. (SILVA, 1986, p. 02).

Sendo assim, desenvolveu-se no Estado uma “política” de tutela para a categoria dos pescadores profissionais. Como “incentivo”, as colônias receberam doações de materiais como “freezer, caixas isotérmicas, isopores, tarrafas, anzóis, um gerador de gelo e até um caminhão. Porém, devido, em parte, à sua desorganização, e mais, pelas constantes mudanças de governo no Estado” (SILVA, 1986, p. 02). De acordo com Silva, por falta de fiscalização das colônias, esses materiais se perderam.

Dialogando com Michel Foucault, em seu texto *O Sujeito e o Poder*, reflito a figura do "sujeito" pescador nos discursos do Estado:

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que caracteriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz os indivíduos sujeitos. (FOUCAULT, 2005. p. 235)

Neste contexto de transformações a partir da institucionalização da pesca, o Estado se utiliza das leis ambientais para cobrar e punir os “infratores”. Assim, o pescador é “assujeitado” às leis e as colônias tornam-se um intermediário de políticas públicas, um canal para o diálogo, com os pescadores, sobre como conservar e preservar o meio ambiente, instruindo-os sobre seus “limites” e “deveres”. Na realidade, Silva observa que isso não acontece e estas se tornam apenas porta-vozes do Estado e dos governos. Ou seja, analisar as relações de poder consiste em, "analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias. [...], talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações." (FOUCAULT, 2005. p. 234). Portanto, para se compreender essas complexas relações, Foucault alerta para a observação nas questões comuns entre essas relações de poder, nesse caso Estado *versus* sujeito pescador.

Neste sentido, as instituições estaduais e federais tomaram como “dever” organizar e fiscalizar estes trabalhadores conferindo direitos e cobrando deveres deles. A formação das colônias, em termos institucionais, como se pode perceber, não ocorreu

por iniciativa dos próprios pescadores, mas pelo Estado, a partir do apelo à defesa da ecologia. Conforme aponta Motta, a fiscalização dos trabalhadores “se constrói em uma posição categórica, hierarquizada no poder das relações sociais institucionais, do lugar do jurídico e do executivo” (MOTTA, 2003, p. 42). Ela cita Lagazzi, o qual afirma que:

Essas relações hierárquicas e autoritárias de comando – obediência, presentes nas mais diversas situações e diferentes contextos sociais, levam as pessoas a se relacionarem dentro de uma esfera de tensão permeada por direitos e deveres, responsabilidades, cobranças e justificativas. Temos assim, um juridicismo inscrito nas relações pessoais. (LAGAZZI, apud MOTTA, 2003, p. 42)

Desse modo, o pescador é “assujeitado” às leis e as colônias tornam-se um intermediário de políticas públicas, um canal para o diálogo, com os pescadores, sobre como conservar e preservar o meio ambiente, instruindo-os sobre seus “limites” e “deveres”. Na realidade, Silva observa que isso não acontece e estas se tornam apenas porta-vozes do Estado e dos governos.

As instituições SUDEPE-COREG e INAMB⁷, a partir de 1980, “com a implementação da Coordenadoria Regional da SUDEPE-COREG, iniciou-se um processo de duplicidade de ações com o INAMB” (SILVA, 1986, p. 02). Os problemas ocasionados por tais medidas recaíram sobre os pescadores profissionais e, em certos casos, até mesmo para os amadores. Sobre eles passou-se a projetar a imagem de “contraventores”.

Ao tentar solucionar um problema em uma determinada região, em outras surgiram novos. Com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul e do INAMB, Silva afirma que “se forçou uma legislação pesqueira (extração) teve que combinar com a legislação de comércio (venda), porque era insustentável tal situação” (SILVA, 1986, p. 02). Assim:

O objetivo dessa legislação estadual foi o de despertar para a necessidade de a legislação pesqueira federal (SUDEPE) estabelecer medidas que resolvessem o crônico problema da pesca com petrecho de malha. Mas, anacronicamente, exige-se o tamanho mínimo de captura, e ao mesmo tempo, proíbe-se o petrecho que pesca o peixe com tal tamanho. (SILVA, 1986, p. 05).

⁷ SUDEPE/COREG - *Superintendência do Desenvolvimento da Pesca-corregedoria*. INAMB, *Instituto de Preservação e Controle Ambiental, (MT-MS) - (Extinto)*.

Silva faz uma crítica ao Decreto-Lei Federal da Pesca nº 221, por este tratar exclusivamente de águas costeiras (mar) deixando às águas interiores vulneráveis as portarias normativas para a pesca. Aponta que, assim, ocorreu um crescimento de portarias estaduais com o intuito de “atender determinados problemas, pressões sociais e políticas de uma região” (SILVA, 1986, p. 04). Como exemplo, cita que:

Houve um problema em Coxim, devido à chegada de muitos pescadores de Jupiá. Para resolver esse problema, proibiu-se o uso da tarrafa com malha inferior a 12 cm em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, ou seja, amenizou-se um problema técnico-social numa área e criaram-se outros problemas em outras áreas. (SILVA, 1986, p. 04).

Para o autor, a preservação das espécies de peixes precisa de medidas simples, como, não pescar na época da piracema e principalmente de um controle ambiental dos rios, com fiscalização do despejo de resíduos industriais, desmatamento ciliar, assoreamento das águas, entre outros. Silva também afirma ter sido necessário o estabelecimento de uma cota de pescados:

[...] por ter sido impingido uma cota aquém das previsões técnicas, [...] houve uma produção clandestina [...] e o atual estágio das cotas de comercialização necessita de avaliações contínuas [...] devido ao dinamismo do setor, e que quando mal ou tendencialmente administrado, gera prejuízos irreparáveis à pesca, tanto ecológicos como financeiros, legais e sociais. [grifos do autor]. (SILVA, 1986, p. 93).

Além disso, muitas medidas são entendidas erroneamente, pois:

Atualmente, há quem aja como se as medidas idealizadas e postas em práticas sejam para proibir alguém de desenvolver atividade comercial de pescado, aliás, legalíssima. Isto se constitui num desvirtuamento da regulamentação para a qual essa legislação foi criada, incentivando assim o comércio clandestino. (SILVA, 1986, p. 05).

Silva verificou a importância de se instruir estes trabalhadores de maneira a contribuir com a legalização que afeta seu trabalho. Assegura que as instituições devem atuar em conjunto com a finalidade de estabelecer um entendimento, sem levar os pescadores a exercer a profissão clandestinamente:

Existe em Mato Grosso do Sul grande quantidade de pescadores profissionais documentados e não-documentados; porém, há uma diferença bastante acentuada entre o número de pescadores que pescam diariamente e os inscritos nas colônias. E na realidade, muitos

deles são pescadores artesanais (constantes), de subsistência, ocasionais (ou de lufada), que engrossam o setor quando o momento é propício. (SILVA, 1986, p. 05)

Observou Silva (1986) que tal diversidade acabou por dificultar a resolução dos problemas da categoria, pois, ora têm-se pessoas atuando na produção pesqueira, ora os mesmos indivíduos não participam dela. Outro fator abordado foi que, com as grandes cheias da bacia do rio Paraguai, o Pantanal ficou alagado e a enchente carregou inúmeras casas de pescadores. Essas famílias foram para as cidades como Corumbá, Coxim e outras na região, passando a ocupar áreas ribeirinhas nos terrenos de prefeituras e da Marinha, construindo verdadeiras favelas.

Esses trabalhadores formaram comunidades ribeirinhas, e por muitos serem analfabetos e sem documentação civil e profissional, na visão de Silva “dificultaram” o “desenvolvimento” sócio-profissional da categoria. Ele ainda afirma que “A pesca em Mato Grosso do Sul, principalmente no Pantanal, merece destaque, embora seja vista por muitos como ocupação marginal” (SILVA, 1986, p. 06). Contudo, entende que foi preciso o Estado organizar uma instituição de representação que instrísse os pescadores a fim de “amenizar” os diversos problemas enfrentados pela categoria.

O Estatuto Estadual que rege o funcionamento das Colônias foi aprovado pelo Ministro da Agricultura, José Francisco de Moura Cavalcanti, em 28 de fevereiro de 1967, conforme artigo 94, do Decreto-Lei nº 221. No Art. 1º do Estatuto para as Colônias de pescadores⁸, está determinado que “As Colônias de pescadores são associações civis daqueles que fazem da pesca sua profissão, ou meio principal de vida, [...] tendo por finalidade a representação e a defesa dos direitos e interesses dos seus associados [...]” (SILVA, 1986, p. 01). Nesse sentido, em momentos de ápice do regime militar, tais trabalhadores foram “amparados”. Entretanto, é preciso pontuar que os pescadores que vivem e sobrevivem da pesca, associados a tais colônias, entendem essa oficialização como uma conquista para sua profissão, passando ela a fazer parte de suas vidas.

⁸ *Estatuto Para as Colônias de Pescadores*. Portaria N° 471 de 27 de dezembro de 1973. Brasília: Governo Federal, Ministério da Agricultura.

Esses pescadores, segundo Silva, não têm a noção “classe”⁹, sendo que Colônias não lhes proporcionam este conhecimento. Além disso, aponta que muitos trabalhadores infringem as leis, até mesmo pelo desconhecimento. Inicia-se, então, um discurso sobre a preservação e a conservação do meio ambiente que incorporam também à vida destes trabalhadores. Eles são chamados a modificar suas maneiras de pescar e comercializar, como verifica Motta que, em “meados da década de setenta, os Estados constituem normas com o objetivo de controlar os excessos degradativos”. (MOTTA, 2003, p. 31) Contudo, somente a partir da década de oitenta, é que “os estados começam a agir em termos de licenciamento, ancorados na Constituição Federal, no Art. 225” (MOTTA, 2003, p. 31). Isso se deu porque as leis ambientais nos Estados poderiam desacelerar seu “desenvolvimento”, o que evidencia que não eram os trabalhadores da pesca os mais prejudicados ou os maiores causadores da degradação ambiental.

Ao final da década de 1980, foram instituídas pela Secretaria de Meio Ambiente - SEMA/MS (atual SEMACT/MS) – a “Guia de Controle de Pescado”, visando o registro de informações da pesca profissional, e ainda a “Guia de Vistoria e Lacre”, para o registro da pesca esportiva. A SEMA/MS celebrou um convênio com a Polícia Florestal/MS, a atual Polícia Ambiental/MS, que passou a ser responsável pela fiscalização da pesca e também pelo preenchimento das guias. No entanto, não houve um trabalho efetivo de recolhimento dessas guias e análise dos dados pesqueiros e, a fim de reverter esse quadro, em 1994 foi implantado o Sistema de Controle da Pesca de Mato Grosso do Sul - SCPESCA/MS, viabilizado pela parceria da Secretaria de Meio Ambiente, hoje a atual SEMACT/MS, como o principal órgão gestor da pesca no Estado, com a Polícia Ambiental/MS e a Embrapa Pantanal. (CATELLA; ALBUQUERQUE. 2000)

RELAÇÕES DE PODER ENTRE A COLÔNIA E SEUS ASSOCIADOS

Em Coxim, ocorreu, ao longo dos anos, um crescimento quantitativo no número de associados. Quando a Colônia foi fundada, ela tinha aproximadamente 120 pescadores profissionais filiados, enquanto “hoje só aqui eu tenho em torno de quinhentos (pescadores) da região não é só de Coxim,” (SANTOS FILHO, 2007) nas

⁹ “Classe” refere-me no sentido de categoria profissional, devido que a colônia enquanto instituição poderia proporcionar o conhecimento aos mesmos deste conceito, isto é classe enquanto conjunto de elementos que tem pelo menos uma característica em comum, ou seja, categorias.

palavras do senhor Armindo, atual presidente da colônia. Esse aumento pode ser observado não apenas no número de filiados, mas de trabalhadores dessa categoria. É também afirmada pela narrativa da senhora Auxiliadora. Ela pratica a profissão há poucos anos, desde que deixou de ser balconista. Afirma ela que, primeiramente, eram poucos pescadores, mas que “aumentou muito [...] os pescador [...] porque quando eu comecei eu lembro que era bem pouquinha gente que pescava não era tanta gente” (SOUZA, 2007).

Por conta disso, procurei entrevistar outros pescadores, com o objetivo de perceber como eles compreendiam a atuação da Colônia. Um deles foi o senhor Osvaldo Nabam, natural deste Estado, um trabalhador agrícola que, por dificuldades financeiras se mudou para Coxim com o objetivo de trabalhar como servidor público. Todavia, logo em seguida começou a conciliar seu emprego com a pesca. Depois de certo tempo, abandonou o serviço público, em virtude de desentendimentos vivenciados no local de trabalho, passou a trabalhar apenas com a pescaria. Ele, sendo filiado à Colônia, narra que a entidade sempre atuou de maneira positiva, ressaltando que

Toda vida a colônia foi... foi boa pra nós toda vida eu não tenho queixa da [...] colônia de pesca né no tempo do seu Ercyl Brambil naquele tempo era é tinha muito peixe [...] todo que entra, Raimundinho lutou, o Batista luta muito por nós né toda vida lutou por nós a Nilma também né a gente como diz o outro a parte mais fraca sempre leva desvantagem né é isso. (NABAM, 2007)

Na oralidade do senhor Osvaldo, hoje um pescador profissional aposentado, compreende a categoria como “a parte mais fraca” que, segundo ele, sempre está em desvantagem e a seu ver, a Colônia exerce seu papel principal, não tomando outras medidas. Acredita que os presidentes e até mesmo a secretária lutam pelos direitos dos pescadores.

Nota-se que a valorização da colônia como instrumento a serviço da “defesa dos pescadores” parece ser algo mais restrito aos seus dirigentes. Para os demais trabalhadores parece prevalecer a concepção de que ela serve para resolver os problemas burocráticos de seu dia a dia.

Até mesmo pelas eleições percebe-se que existe um grande desinteresse dos mesmos. Elas são realizadas a cada três anos e por convocações realizadas via edital.

Primeiro, estabelecem prazos para a formação das chapas e após, segue-se a realização das votações. Tais medidas são estabelecidas pelo Estatuto Estadual das Colônias de Pesca.

Em Coxim, nos últimos anos, não têm existido concorrentes com representação para disputar a direção da entidade. Sendo assim, o senhor Armindo discorre, [...] “estou acabando de encabeçar a chapa para o terceiro mandato meu de presidente porque não tem concorrente pra [...] concorrer.” (SANTOS FILHO, 2007). Com isso, observo que não há um interesse maior em participar e disputar a presidência da Colônia, provavelmente devido à ligação política visualizada pela categoria, visto que não há uma integração da categoria, nas lutas valorativas e nem mesmo nas conquistas enquanto representação do ofício pesqueiro.



Fotografia 03: Prédio Atual da colônia de pesca Z-2 Rondon Pacheco¹⁰.

Fonte: Fotografia digital produzida pela autora da presente pesquisa, no dia 05/06/2012.

Armindo Batista foi reeleito no dia 17 de março em eleição realizada e teve 237 votos, para novo mandato de 3 anos na Colônia de Pescadores. “Estou em meu quinto mandato, fui eleito três vezes por voto e duas vezes por aclamação. Desta vez tive uma votação

¹⁰ A fotografia foi produzida pela autora para abordagem na presente dissertação de Mestrado em História (2013).

expressiva com mais 80% dos votos válidos, que me deixou muito surpreso. Estou aqui para trabalhar, tenho muito a fazer ainda”, declarou Batista.¹¹

A partir da constituição de 1988, os pescadores conquistaram avanços quanto à organização no que tange aos direitos sociais e políticos, citado no artigo 8º, o qual aponta que as colônias foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, recebendo a configuração sindical.

Após a promulgação da nova Constituição, em 5 de outubro de 1988, identificamos alguns avanços acerca da organização dos pescadores artesanais. As colônias foram equiparadas, em seus direitos sociais, aos sindicatos de trabalhadores rurais. Abriam-se possibilidades das colônias elaborarem seus próprios estatutos, adequando-os à realidade de seus municípios. O artigo 8º da referida Constituição trata exclusivamente de questões comuns a colônias e aos sindicatos de trabalhadores rurais. Destacamos o inciso I do referido artigo: “a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvando o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical. (DIEGUES, 1983, p. 138)

Destacamos ainda que as especificidades e funcionalidades das colônias de pesca são extremamente diferenciadas de um sindicato trabalhista, devendo, por força de legislação, atuar representando os pescadores frente a órgãos como “Ministério do Trabalho, na Confederação e Estadual e Federação da Pesca, como os órgãos de fiscalização, neste sentido IBAMA¹². Frisamos, entretanto que a Colônia de pesca é uma instituição de representação da categoria e tem um caráter de defesa dos pescadores filiados e corresponde a uma organização trabalhadora”. Ou seja, apesar de possuir fins mais burocráticos, isso não lhe retira o caráter de entidade de representação trabalhista, é um importante espaço a ser ocupado pelos trabalhadores politizados.

A socióloga e Mestre em Política e Gestão Ambiental, Juliana Matoso, em seu texto *Sazonalidade e Sustentabilidade na pesca profissional de Corumbá*, aborda que “a colônia de pescadores, como instituição formalizada, organiza de alguma forma, a pesca, profissional e se encarrega de passar informações aos pescadores sobre os direitos e deveres” (MACEDO, 2002, p. 37). A referida estudiosa analisa a colônia como lugar de organização da categoria, onde os pescadores têm a oportunidade de participar, atuar e aprender. Porém, destaca que muitas colônias não os representam,

¹¹ Cf. <<http://www.diariodoestados.com.br/?pag=noticia.php&id=3251>>. Acesso em: 05 abr. 2012.

¹² IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis.

alegando que isso ocorre porque estão desestruturadas e existe a falta de participação e atuação dos pescadores.

Este fato é constatado também na colônia de Rondon Pacheco, em Coxim, pois, nas Atas da Colônia estudada, constatei a falta da presença dos associados nas reuniões de interesse da categoria. Conforme aponta Macedo, “A colônia de pesca pode ser um órgão que propicie a participação efetiva do pescador, o que ainda não é realidade, embora os aspectos legislativos pressionem e suscitem a curiosidade dos pescadores em relação à profissão” (MACEDO, 2002, p. 54). Muitas vezes os pescadores profissionais acabam se filiando à entidade não por reconhecê-la como algo seu, mas a “fim de obterem carteira de pescador profissional”, a qual são obrigados a portar para realizarem o ofício da pesca. Isso pode explicar o porquê do pouco interesse destes trabalhadores pela sua entidade, como representação política, nesse sentido. Então fica a incógnita, o porquê de outros representantes não conseguirem chegar ao poder da colônia?

Tal quadro verificou-se em Coxim, nas últimas eleições, entretanto, é possível afirmar que existem conflitos internos e muitos embates ficam patentes na colônia. Um deles é no que concerne ao papel que a entidade deveria desempenhar, pois alguns pescadores acreditam que ela deveria também amparar qualquer cidadão que atua na pesca e não apenas aqueles que vivem exclusivamente dessa atividade, ou seja, ribeirinhos entre outros, que por motivos alheios¹³ não possuem a carteira de pesca profissional.

Apesar disso e, principalmente, da colônia ser um órgão que acaba exercendo quase somente as funções de organização burocrática dos pescadores profissionais, estes trabalhadores se veem nesse processo. Tal fator dá conta da maior parte de suas demandas para com a entidade, existindo, inclusive, um desinteresse em tentar mudar os rumos adotados pelo órgão. Percebe-se que os pescadores, de maneira geral, têm em mente que ela trabalha em função de seus interesses, mesmo quando trata de assuntos sobre preservação ambiental e a vê como uma esperança de uma valorização da categoria.

Entretanto, a vida e o trabalho dessas pessoas não se limitam à sua relação com a Colônia. Eles estão relacionados com dimensões mais amplas de suas existências, tratando em suas consciências os problemas ambientais, sociais, econômicos e demais

¹³ Cito do exemplo da dona Marlene, que nunca possuiu uma carteira de pescadora profissional, devido ao fato de ser pensionista, no entanto, sempre precisou de orientação a respeito da profissão.

elementos que compõem seus horizontes pessoais. Nesse sentido é preciso analisar a vivência e a experiência desses trabalhadores, buscando questões que compõem seu cotidiano, as formas como eles compreendem seu ofício e sua relação com a sociedade.

O inglês Edward Thompson se lançou ao estudo das resistências das classes subalternas procurando valorizar atitudes e comportamentos que, aparentemente insignificantes ou imediatistas, eram no fundo reveladores de uma identidade social em construção. Thompson observou, pois, uma feroz resistência ao capitalismo em atitudes que, no limite, implicavam uma defesa das tradições por parte das classes subalternas.

O campo teórico da cultura popular em Edward Palmer Thompson em sua obra *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* valoriza, portanto, a resistência social e a luta de classes em conexão com as tradições, os ritos e o cotidiano das classes populares num contexto histórico de transformação. Vem daí o apreço do autor pela antropologia, capaz de ancorar interpretações verticalizadas de ritos e comportamentos comunitários, bem como por microtemas e outros que permitam iluminar a defesa das tradições e a insurgência social, processos simultâneos de construção de uma identidade popular no campo cultural.

REFERÊNCIAS

- CATELLA, A.C.; ALBUQUERQUE, F.F. de. *Sistema de Controle da Pesca de Mato Grosso do Sul SCPESCA/MS – 3, 1996*. Corumbá: Embrapa Pantanal/SEMA-FEMAP, 2000a. 45p. (EMBRAPAP-CPAP, Boletim de Pesquisa, 15).
- DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- FOUCAULT, M., *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. *Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- MACEDO, J. M. Sazonalidade e Sustentabilidade na pesca profissional de Corumbá. In.: ROSSETTO, Onélia Carmem; BRASIL JUNIOR, Antonio C. P. (Orgs). *Paisagens Pantaneiras e Sustentabilidade Ambiental*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade de Brasília, 2002.

MOTTA, A. L. A. R. *O sujeito no discurso ecológico sobre a pesca na cidade de Cáceres-MT*, Campinas-SP: 2003, UNICAMP.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Revista do programa do estudo pós-graduado em história e do departamento de história da PUC – SP*. São Paulo: EDUC, Fev/1997.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Edunicamp, 2007.

SILVA, M.V., *Mitos e Verdades sobre a pesca no pantanal mato-grossense*. Campo Grande-MS: FIPLAN-MS, 1986.

THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001.

Fontes

Colônia de pescadores de Coxim-MS. *Ata de reunião realizada em 04/mai/1975*. Coxim, 1975. Livro de ATAS nº 01 e 02.

ALMEIDA, Marlene Nunes de Almeida. *Entrevista*. Entrevistadora: Silvana Aparecida da Silva Zanchett. Coxim/MS: na residência do entrevistado (2013).

NABAM, Osvaldo. *Entrevista*. Entrevistadora: Entrevistadora: Silvana Aparecida da Silva Zanchett. Coxim-MS: na residência do entrevistado (2007).

OLIVEIRA, Braz de. *Entrevista*. Entrevistadora: Silvana Aparecida da Silva Zanchett. Coxim-MS: na residência do entrevistado (2007).

PAIXÃO, Jorge Moura da. *Entrevista*. Entrevistadora: Silvana Aparecida da Silva Zanchett. Coxim-MS: na residência do entrevistado (2007).

SANTOS FILHO, Armindo Batista dos. *Entrevista*. Entrevistadora: Silvana Aparecida da Silva Zanchett. Coxim-MS: na Colônia de Pescadores Z-2 Rondon Pacheco (2007).

SOUZA, Auxiliadora Nunes de. *Entrevista*. Entrevistadora: Silvana Aparecida da Silva Zanchett. Coxim-MS: na residência da entrevistada (2007).